

Belo Horizonte/MG, 12 de agosto de 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE
SMMA - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Av. Afonso Pena nº 342
Centro, Belo Horizonte/MG
CEP: 30.130-001

Aos cuidados: Dr. Pedro Ribeiro de Oliveira Franzoni
Diretor de Licenciamento Ambiental

Ref.: Colortêxtil Participações Ltda.
CNPJ: 42.789.628/0001-68

Assunto: Solicitação de revisão e exclusão da Condicionante 27 da Licença Ambiental LO nº 0305/23.

Prezado Senhor,

A **Colortêxtil Participações Ltda.** submeteu-se ao processo de renovação da licença ambiental junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA), no qual foi concedida a licença de operação LO nº 0305/23 em anexo, com várias condicionantes.

A indústria atua no ramo têxtil de malharia que se inicia com o recebimento das malhas cruas de algodão e poliéster realizando o seu beneficiamento e acabamento nos moldes do seu objeto social:

Cláusula Segunda

O objeto social será o tinturamento de malhas e tecidos, a indústria e comércio atacadista e varejista de tecidos de malha, de fios de algodão e sintéticos, de algodão em pluma e confecções do vestuário, participação societária em outras sociedades, bem como a importação de malhas, fios e tecidos.

Dentre as condicionantes constantes no documento, **a condicionante nº 27** apresenta a seguinte descrição:

“Implantar o projeto de drenagem pluvial aprovado e solicitar vistoria para fins de conformidade, juntamente com a ART de Execução devidamente assinada”.

A referida condicionante foi estabelecida mediante uma exigência de uma taxa mínima de permeabilidade para o imóvel onde a empresa desenvolve as suas atividades desde 1996, conforme alteração contratual em anexo. Cabe salientar, no entanto, que a referida condicionante não estabelece correlação direta com os impactos ambientais da atividade exercida pelo empreendimento, o que leva a empresa a solicitar a revisão e a exclusão dessa condicionante, pelos fatos e fundamentos a seguir:

A empresa obteve a Licença de Operação n. 0305/2023 através do processo específico de licenciamento, em observância ao Plano Diretor Municipal, em seu art. 340, à Lei Municipal n. 11.181/19, nos termos dos artigos 341 e 344, inciso III e, também, à Deliberação Normativa n. 102 de 25/11/2020 do COMAM que delibera sobre o licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos de impacto, assim dispondo em seu art. 1º:

“Art. 1º - O licenciamento ambiental dar-se-á mediante competente processo administrativo destinado a avaliar as condições ambientais de atividades e empreendimentos de impacto nas suas etapas de concepção, instalação, operação, modificação e ampliação.”

A Licença de Operação n. 0305/2023, conforme regulamento estadual em vigor, foi expedida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA e o pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMAM, no exercício de suas competências, de acordo com a etapa do empreendimento da empresa, qual seja:

Decreto n. 47.383 de 02/03/2018 (art. 13)

III – Licença de Operação – LO -, que autoriza a operação da atividade ou do empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta da LP e LI, com as medidas de controle ambiental e

condicionantes determinadas para a operação e, quando necessária, para a desativação;

Sendo assim, o licenciamento ambiental da atividade enumerada pelo art. 344 da Lei n. 11.181/19, **a ser exercido em uma edificação já existente** (tenha ou não ela Baixa de Construção, vez que a legislação não a exige para fins de instalação de uma atividade econômica no estabelecimento (art. 109, parágrafo 2º do Decreto n. 17.272 de 04/02/2022: “Para concessão de ALF não se observará a propriedade dominial nem a regularidade da edificação”), **deverá ser considerada a etapa de sua operação (funcionamento)**, em consonância com a regra de uso e ocupação do solo, uma vez que a fase de exigir o cumprimento de parâmetros mínimos de parcelamento e ocupação do solo urbano (onde a Taxa de Permeabilidade mínima se inclui) já foi ultrapassada.

Neste sentido, é o que estabelece o parágrafo 3º do artigo 10 da Deliberação Normativa COMAM n. 102/20:

Art. 10. O gerenciamento dos impactos ambientais e o estabelecimento de condicionantes nas licenças ambientais deve atender à seguinte ordem de prioridade

I - maximizar os impactos positivos;

II - evitar os impactos ambientais negativos;

III - mitigar os impactos ambientais negativos;

IV - compensar os impactos ambientais negativos não mitigáveis, na impossibilidade de evitá-los;

V - garantir o cumprimento das compensações estabelecidas na legislação vigente.

§ 1º A regularidade do exercício da atividade será vinculada à efetivação das medidas mitigadoras e compensatórias.

§ 2º A fixação de condicionantes poderá estabelecer condições especiais para a instalação ou operação do empreendimento, bem como garantir a execução das medidas para gerenciamento dos impactos ambientais previstas neste artigo.

§ 3º As condicionantes ambientais devem ser acompanhadas de fundamentação técnica por parte do órgão ambiental municipal, que aponte a relação direta com os impactos ambientais da atividade ou empreendimento, identificados nos estudos requeridos no processo de licenciamento ambiental, considerando

os meios físico, biótico e socioeconômico, bem como ser proporcionais à magnitude desses impactos.

Tem-se, portanto, que a norma acima mencionada impõe que as condicionantes tenham relação direta com os impactos ambientais da atividade da indústria e de forma proporcional à magnitude de tais impactos, devendo ainda estar fundamentada tecnicamente por parte do órgão ambiental municipal.

Inclusive a Lei Municipal n. 11.785/2024, em seu artigo 2º, inciso I, exige exatamente essa relação direta entre as condicionantes e o impacto da atividade licenciada, *in verbis*:

Os órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do Poder Executivo, ao definir medidas condicionantes à implantação e operação de empreendimentos no Município, deverão fazê-lo com obediência aos seguintes princípios:

*I - pertinência: **as condicionantes deverão estar diretamente relacionadas ao impacto do empreendimento, não se admitindo a sua exigência para solução de problemas sem nexos territorial com a atividade ou empreendimento licenciado ou que não se refira aos impactos por ela produzidos;***

Pergunta-se: Qual a relação direta entre a drenagem pluvial (escoamento das águas de chuva em áreas urbanas) com a atividade da indústria (tinturaria de malhas e tecidos)?

De acordo com a descrição da atividade, não se pode estabelecer qualquer correlação ou correspondência direta da taxa de permeabilidade com os impactos ambientais da atividade, para os quais foram identificados e propostos controles adequados durante o processo de licenciamento, inclusive com a presença de programas de monitoramento.

Sendo assim, verifica-se que a exigência de “*Implantar o projeto de drenagem pluvial aprovado e solicitar vistoria para fins de conformidade, juntamente com a ART de Execução devidamente assinada*” relativa à Taxa de Permeabilidade não tem qualquer relação direta com relação aos impactos ambientais existentes em função da operação e do funcionamento da atividade licenciada.

Tendo em vista que o imóvel já se encontra implantado e que a taxa de permeabilidade mínima estabelecida no Plano Diretor consiste em uma medida de ocupação exigida em projetos de edificação, conclui-se que não se deve estabelecer a referida condicionante para a operação da atividade no processo de licenciamento ambiental.

Conclui-se, portanto, que a exigência da Taxa de Permeabilidade mínima prevista no Plano Diretor **não pode ser exigida no âmbito do licenciamento de operação** para o exercício de uma atividade (operação), a menos que consista em medida condicionante diretamente atrelada ao uso, devidamente motivada e tecnicamente justificada no processo, o que não ocorreu no presente caso.

Diante do exposto, a Requerente solicita-se a exclusão da referida condicionante 27, uma vez que a drenagem pluvial exigida não possui qualquer relação direta com a atividade da indústria.

Agradecendo a atenção de V. Sa., colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente.

COLORTÊXTIL PARTICIPAÇÕES LTDA.

Documentos anexados:

1 - Licença de operação LO nº 0305/23

2 - 10ª Alteração Contratual da Colortêxtil Participações demonstrado a existência da indústria no referido local desde 1996.